



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA



OBSERVATÓRIO PERMANENTE VIOLÊNCIA & CRIME

OPVC

Relatório

**RELATÓRIO DO ESTUDO
EXPLORATÓRIO - VITIMAÇÃO
DOS MILITARES DA GNR |
PORTO**

Laura M. Nunes & Ana Sani

Relatório

RELATÓRIO DO ESTUDO EXPLORATÓRIO - VITIMAÇÃO DOS MILITARES DA GNR | PORTO

Coordenadoras do estudo

Laura M. Nunes

Ana Isabel Sani

Colaboradora de investigação

Sara Gonçalves

ISBN: 978-989-643-188-4

Universidade Fernando Pessoa, Porto

Fevereiro, 2024

Índice

Introdução	1
O Estudo Empírico – Vitimação dos Militares da GNR - Porto	3
Metodologia e Método	3
O Instrumento de Recolha de Dados	4
Procedimento	4
Os Resultados	6
DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS – CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA	6
PERCEÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA	8
VITIMAÇÃO	14
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	17
Análise Reflexiva / Conclusiva	23
Referências	27

Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.....	6
Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.	6
Tabela 3. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.....	7
Tabela 4. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.	7
Tabela 5. Distribuição por frequências quanto à categoria profissional.....	7
Tabela 6. Percepção de (in)segurança.	8
Tabela 7. Fundamentos para a percepção de (in)segurança.	9
Tabela 8. Percepção de aumento da criminalidade.	9
Tabela 9. Fundamentos para a percepção de evolução da criminalidade.....	10
Tabela 10. Percepção dos crimes identificados como mais praticados.	11
Tabela 11. Condições percebidas como favorecedoras do crime.....	12
Tabela 12. Incivildades identificadas.	13
Tabela 13. Vítima/Não vítima de violência / crime nos últimos 5 anos.....	14
Tabela 14. Tipologia de crime sofrido.	14
Tabela 15. Danos sofridos em consequência da vitimação.	15
Tabela 16. Período do dia em que ocorreu a situação.	15
Tabela 17. Local onde ocorreu a situação.	16
Tabela 18. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada.....	16
Tabela 19. Relação vítima-ofensor.....	16
Tabela 20. Anos de serviço no local de exercício de funções.	17
Tabela 23. Disposição para acolher a cooperação por parte do cidadão, na área de exercício de funções.	19
Tabela 24. Fundamentos para a disposição para acolher (ou não) colaborações por parte do cidadão..	20
Tabela 25. Presença/Ausência de ligação do militar ao local em que exerce funções.	21
Tabela 26. Fundamentos para presença/ausência de ligação ao local de exercício das suas funções. ...	22

Introdução

Atualmente e cada vez mais, crime e medo do crime, acompanhados da percepção de insegurança, revelam-se fonte de grande preocupação (Saraiva & Neves, 2023) e, saliente-se, a manutenção da ordem e do cumprimento da lei apresenta-se cada vez mais desafiante e, porque não dizê-lo, exigente (Zouain et al., 2006), particularmente para as forças de segurança. Também por isso se mostra importante o desenvolvimento de estudos focados nos agentes que diariamente procuram proporcionar mais segurança às populações.

A violência, que tem vindo a ser cada vez mais debatida, fazendo parte da agenda de políticas públicas e governamentais (Soares, 2014), acaba por estar relacionada com as pressões exercidas sobre as instituições de segurança, às quais se aplicam exigências sociais no sentido de que se combatam crimes e criminosos, e se diminuam índices de criminalidade (Silva & Bueno, 2018). Os profissionais de segurança pública confrontam-se, não raras vezes, com situações perigosas e de elevado risco, no decorrer do seu trabalho diário e no exercício das suas funções (Souza, 2017). As interações desses profissionais com os cidadãos estabelecem-se geralmente sem conflitos mas, evidentemente, vezes há em que a situação se agudiza e pode assumir contornos violentos, expondo os agentes de polícia ao perigo (Ellrich & Baier, 2016; Marty, 2022).

Indubitavelmente, ser profissional de segurança consiste numa atividade arriscada (Wickramasinghe et al., 2016), sendo que, ainda que cada agente tenha um período de formação e treino, a verdade é que apenas no seu dia-a-dia de trabalho se vêm a revelar riscos e situações de difícil gestão e de grande exigência (Minayo & Adorno, 2013; Oliveira et al., 2014; Souza, 2017). Acrescem, aos riscos de exposição à violência contra a sua integridade física, os problemas de saúde mental decorrentes da atividade daqueles profissionais (Bernardino & Bernardino, 2018; Monteiro et al., 2020; Silva & Bueno, 2018). Ora, esta realidade nem sempre é clara e totalmente compreendida socialmente, já que, em nome do Estado, estes profissionais são aqueles que fazem uso legítimo da sua autoridade e, quando necessário, da força, provocando não raras vezes desconforto e incompreensão por parte dos cidadãos (Souza, 2017).

Na verdade, e na sequência do que acaba de ser referido, a experiência de vitimação policial encontra-se diretamente ligada ao risco associado a esta profissão (Monteiro et al., 2020), ocorrendo mais do que desejável nos planos nacional e internacional (Simmler et al.,

2021; Zavala, 2020), e constituindo um fenómeno social preocupante (Dursun & Aytac, 2021) que recai sobre estes profissionais e conduz a traumas, lesões ou mortes ocorridas durante o trabalho de manutenção da ordem e no combate à criminalidade (Minayo et al., 2007). Assim, devem ser alvo de criteriosa análise, os incidentes que violem a integridade física ou psicológica, ou que possam vitimar, de forma fatal (ou não), os Profissionais das forças de controle social formal, procurando-se uma compreensão mais consistente daquilo que, durante o exercício das suas funções, são os aspetos que demonstram mais perigo (Marty, 2022), pelo que este fenómeno carece da atenção científica que o torne mais perceptível para melhor se traçarem medidas adequadas (Minayo et al., 2007).

O Estudo Empírico – Vitimação dos Militares da GNR - Porto

A presença marcada de forças de segurança nas ruas e a sua atuação revelam-se essenciais para garantir o funcionamento ordeiro das sociedades. A Guarda Nacional Republicana (GNR), de natureza militar, constitui uma força de segurança organizada num corpo especial dotado de autonomia administrativa. Da sua missão, constam a garantia de legalidade democrática, de segurança interna e dos direitos dos cidadãos, bem como a colaboração na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei (Lei n° 53/2023).

Metodologia e Método

O estudo empírico, de metodologia mista num regime intermétodos (Reidy & Mercier, 2003) por tratar dados de naturezas quantitativa e qualitativa. As opções metodológicas conduziram o estudo mediante um desenho exploratório, descritivo, transversal e retrospectivo, delimitado por uma análise baseada na observação e no autorrelato, recorrendo ao inquérito psicossocial com apelo à técnica do questionário.

Como objetivo geral pretende-se identificar a prevalência de vitimação policial através da experiência e perceção vividas por Militares da GNR no exercício das suas funções. Mais especificamente, procurou-se: a) Identificar a eventual existência de um padrão de vitimação; b) Captar a perceção dos inquiridos relativamente à eventual relação entre a vitimação vivida e os níveis de insegurança e crime na sua área de trabalho; c) Identificar a eventual associação entre a vitimação vivida e as condições de ocorrência; d) Identificar a eventual associação entre a vitimação vivida e algumas características sociodemográficas.

No referente às questões centrais de investigação, e atendendo aos objetivos já delineados, procuraram-se respostas para as seguintes perguntas: a) Haverá uma caracterização das situações de vitimação vividas, com similaridades que permitam traçar um possível padrão? b) Existirá convergência na perceção dos Militares da GNR em relação à insegurança e à criminalidade na área onde exercem as suas funções, e que possa ter ligação à ocorrência de vitimação? c) Poder-se-á traçar um conjunto de condições que possam associar-se à

ocorrência de vitimação? d) Haverá alguma ligação entre a vivência de situações de vitimação e as características sociodemográficas de cada militar?

Quanto à recolha de dados, realizada através da técnica do questionário, fez uso do instrumento que passa a ser sumariamente apresentado.

O Instrumento de Recolha de Dados

Para o desenvolvimento da investigação recorreu-se ao questionário denominado “Diagnóstico Local de Segurança (DLS)” especificamente dirigido a agentes de polícia, desenvolvido por Sani e Nunes (2013), concebido para aceder a um conjunto de informações, sob o ponto de vista do agente ou militar, através da colocação de questões fechadas, de resposta dicotómica ou de seleção de alternativas de resposta, sendo alternadas com questões abertas e, frequentemente, de fundamentação das respostas mais diretas.

O instrumento constitui-se por cinco partes, das quais a presente investigação analisa apenas quatro, por serem as que melhor se adequam para que se alcancem os objetivos previamente definidos. Assim, adotaram-se as partes referentes aos dados sociodemográficos, à perceção de segurança/insegurança, e à vitimação policial e, finalmente, a parte relativa à participação comunitária. O questionário foi adaptado de forma a ser administrado online, conforme se explica melhor no ponto seguinte, relativo ao procedimento.

Procedimento

Após a obtenção da autorização por parte do Comando de Doutrina e Formação da GNR – Lisboa, e tendo naturalmente em consideração que a GNR – Porto se havia já mostrado recetiva e até colaborativa, o questionário foi disponibilizado com suporte *Google Forms*, sendo distribuído através de um *link*, apenas enviado aos Militares da GNR do Comando Territorial do Porto, via e-mail, dentro do período de recolha de dados que ocorreu entre março e maio de 2023.

A administração do questionário, em versão digital, foi antecedida de uma declaração de Assentimento Informado, mediante a qual o Militar participante apenas avançou para as

questões após declarar essa disposição e espontânea vontade, consentindo de forma informada em prestar as suas informações, após lhe terem sido dadas garantias de anonimato e confidencialidade dos dados e de tudo quanto fosse abordado, tendo-lhe sido dada também a informação relativa ao destino a dar a essa informação. Evidentemente, foi também feita uma submissão à Comissão de Ética da UFP, obtendo-se, assim, o seu parecer de concordância, relativamente ao estudo na altura proposto pelo Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC).

Posteriormente, foi criada uma base de dados, com recurso ao *software* - *Statistical Package for Social Sciences* - versão 29 (SPSS), onde foram inseridos e organizados os dados que, depois foram submetidos à implementação das análises decorrentes do seu tratamento, convertendo-os em resultados interpretáveis. Entre as variáveis analisadas, constaram também as qualitativas, decorrentes das questões abertas colocadas aos inquiridos. Essas respostas de natureza qualitativa, foram, entretanto, tratadas por via da sua codificação mediante a análise do discurso atendendo ao conteúdo, e seguindo a proposta de codificação por caixa, de Bardin (2004). As mesmas foram também alvo de “contagem” através da análise de frequências.

Os Resultados

DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS – CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra constituiu-se de 92 participantes de ambos os sexos (cf. Tabela 1), dos quais 77.2% são do sexo masculino e apenas 22.8% são do sexo feminino. Em relação à faixa etária, verificamos a presença de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (média = 40.23 e moda = 38 anos | desvio padrão = 6.18), conforme tabelas 1 e 2.

Sexo		
Respostas	<i>n</i>	%
Masculino	71	77.2
Feminino	21	22.8
Total/n	92	100

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.

Idade		
Respostas	<i>n</i>	%
25-29	5	5.5
30-34	8	8.8
35-39	30	32.6
40-44	24	26.1
45-49	21	22.8
50-54	4	4.4
Total/n	92	100

Média=40.23 | Moda=38 | Desvio Padrão= 6.18

Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.

Quanto ao estado civil, verificou-se que 78.3% dos indivíduos eram casados ou em união de facto, seguindo-se os solteiros, com uma frequência de 18.5%, sendo que apenas 3.3% da população em estudo se encontra divorciada ou separada (cf. Tabela 3).

Estado civil		
Respostas	N	%
Casado(a)/União de facto	72	78.3
Solteiro	17	18.5
Divorciado(a)/Separado	3	3.3
Total/n	92	100

Tabela 3. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.

Da análise da distribuição por frequências quanto ao nível de escolaridade, foi possível constatar que, do total da amostra, 76.1% concluiu o ensino secundário (entre o 10º e 12º anos), seguindo-se o ensino superior com 20.7% dos indivíduos e apenas 3.3% referiu ter o ensino unificado (entre o 7º e 9º anos), conforme tabela 4.

Escolaridade		
Respostas	N	%
Unificado (entre 7º e 9º anos)	3	3.3
Secundário (entre 10º e 12º anos)	70	76.1
Superior	19	20.7
Total/n	92	100

Tabela 4. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.

Por fim, em relação à categoria profissional, 78.3% da amostra eram Guardas, 18.5% Sargentos, e apenas 3.3% dos indivíduos eram Oficiais (cf. Tabela 5).

Categoria profissional		
Respostas	N	%
Guarda	72	78.3
Sargento	17	18.5
Oficial	3	3.3
Total/n	92	100

Tabela 5. Distribuição por frequências quanto à categoria profissional.

Uma vez apresentados os dados sociodemográficos, caracterizadores da amostra de militares que participou no estudo, é chegado o momento de se passar à apresentação dos resultados relativos às distintas partes do questionário.

PERCEÇÃO DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA

A percepção de segurança/insegurança por parte dos militares da GNR foi muito relevante, tendo possibilitado aferir o que se passava nas suas áreas/comunidades de trabalho, sob a sua perspetiva, e tendo sido também possível aceder ao seu ponto de vista, quanto à possibilidade de se delinear uma atuação que fosse mais ao encontro das suas necessidades.

De acordo com os participantes, 66.3% considerou trabalhar numa área segura, em discordância com alguma insegurança reportada por 33.7% dos indivíduos (cf. Tabela 6).

Trabalha numa área segura		
Respostas	N	%
Sim	61	66.3
Não	31	33.7
Total/n	92	100

Tabela 6. Percepção de (in)segurança.

Estes resultados, observáveis na tabela 6, revelam as diferentes percepções de segurança dos diferentes militares, relativamente à área de desempenho das suas funções. Ora, e atendendo agora à tabela 7, dos 61 participantes que responderam sentir-se seguros na questão anterior, 44.6% fundamentou a sua percepção referindo calma e baixa criminalidade na sua área de trabalho, sendo que 8.7% apontaram a sua autopercepção de eficácia.

Já dos que tinham referido alguma insegurança, 14.1% opinou diferentemente, apontando uma criminalidade elevada na sua zona de trabalho.

2.1.a. SIM - considera ser uma área segura por:			
Respostas	n	%	Verbalizações exemplificativas
Zona calma/Criminalidade baixa	41	44.6	“Índice de criminalidade baixa”; “zona calma, pessoas respeitadas”
Autopercepção de competência	8	8.7	“... guarda executam um ótimo policiamento de proximidade”
Local de trabalho/Funções	5	5.4	“... administrativa, serviço interior posto”
Resposta descontextualizada	5	5.4	“Boas condições”
Resposta contraditória	2	2.4	“Existe um clima de segurança aparente”
Total Parcial	61	66.3	
NÃO - considera ser uma área insegura por:			
Respostas	n	%	Verbalizações exemplificativas
Criminalidade elevada	13	14.1	“A população ... não aceita cumprir com as regras impostas pela lei”
Desrespeito pela autoridade	5	5.4	“Todos os dias corro risco como patrulheiro”
Autopercepção de risco	4	4.3	“O edifício não tem segurança”
Resposta descontextualizada	3	3.3	“Área de consumo de produtos adictivos em grande escala”; “zona problemática”
Comunidade problemática	2	2.2	“Falta de efetivo”
Reduzido controlo social formal	2	2.2	
Não sabe/Não responde	2	2.2	
Total Parcial	31	33.7	
Total/n	92	100	

Tabela 7. Fundamentos para a percepção de (in)segurança.

A percepção da evolução da criminalidade na área onde os participantes exerciam as suas funções foi outra das variáveis em estudo e, face às respostas, verificou-se que 58.7% da amostra considerou que tem existido um aumento da criminalidade, contrariamente a 39.1%, que referiu não haver uma evolução da mesma, de notar que, na verdade, a percepção de criminalidade tem uma componente subjetiva que, certamente, poderá até estar atravessada por outras variáveis (cf. Tabela 8).

Aumento da criminalidade		
Respostas	n	%
Sim	54	58.7
Não	36	39.1
Não sabe/Não responde	2	2.2
Total/n	92	100

Tabela 8. Percepção de aumento da criminalidade.

Evidentemente, a fundamentação da percepção de cada um quanto ao possível aumento de criminalidade (Tabela 9), 43.5% dos indivíduos que responderam que “Sim” a esse aumento, as suas respostas caíram na categoria de “Aumento de crimes reportados”. Relativamente aos participantes que responderam anteriormente que a criminalidade “Não” teria aumentado, 22.8% explicaram essa percepção dentro da lógica da categoria de “Redução/Manutenção de crimes reportados” (cf. Tabela 9.), num registo, mais uma vez, de diferentes percepções do mesmo fenómeno, talvez fruto de diferentes experiências dos diversos militares inquiridos, dependendo da área do Porto em que estariam a desempenhar funções.

De salientar que 2 dos participantes acabaram por não fundamentar a sua resposta, já que responderam que “Sim”, que a criminalidade tem aumentado, justificando-o com o facto de que a “criminalidade (efetivamente) aumentou” o que enquadra esta fundamentação na categoria de “Resposta descontextualizada”.

SIM - considera o aumento de criminalidade por:			
Respostas	n	%	Verbalizações exemplificativas
Aumento de crimes reportados	40	43.5	“Número elevado de participações”
Acesso acrescido a produtos ilegais/redes sociais	5	5.3	“Acesso fácil a armas de fogo...”; “...devido à utilização das redes sociais”
Sentimentos de impunidade	3	3.3	“... sentimento de impunidade ... descrédito no sistema...”
Carência de meios e efetivos	2	2.2	“Falta de efetivos...”; “Falta de recursos...”
Resposta descontextualizada	2	2.2	“Criminalidade aumentou”
Aumento de agressões a Militares	1	1.1	“Aumento de ... agressões a patrulheiros”
Não sabe/Não responde	1	1.1	
Total Parcial	54	58.7	
NÃO - não considera aumento de criminalidade por:			
Respostas	n	%	Verbalizações exemplificativas
Redução/Manutenção de crimes reportados	21	22.8	“Os níveis de criminalidade mantêm-se em registo de anos anteriores”
Autopercepção de competência	6	6.5	“O policiamento preventivo é adequado”
Resposta descontextualizada	4	4.3	“Porque não tem aumentado”
Redução da criminalidade geral	2	2.2	“... diminuição da criminalidade geral”
Não sabe/Não responde	2	2.2	“Sem dados”
Resposta contraditória	1	1.1	“... embora a criminalidade grave esteja a aumentar”
Total Parcial	36	39.1	
Não se aplica	2	2.2	
Total/n	92	100	

Tabela 9. Fundamentos para a percepção de evolução da criminalidade.

Quanto à tipologia de crimes identificados mais frequentemente pelos participantes (cf. Tabela 10, destaca-se a “violência doméstica: contra/entre cônjuge” (81.5%) com o valor

mais elevado, seguindo-se a “agressão física” (62%) e, depois, passando para o crime de “burla” (58.7%). Seguem-se outros crimes identificados como frequentes por diferentes percentagens de indivíduos, como se verifica na mesma tabela.

A tabela 10, que se segue, relativa aos crimes mais frequentemente verificados e percecionados na área de trabalho dos diferentes militares inquiridos, decorreu das respostas a uma questão que permitia que cada inquirido seleccionasse/identificasse mais do que um crime mencionado, pelo que não são apresentados os totais, dado que o número de respostas excedeu o número de participantes.

Crimes que mais frequentemente ocorrem na área		
Respostas	n	%
Violência doméstica: contra/entre cônjuge	75	81.5
Agressão física	57	62.0
Burla	54	58.7
Furto (ex: automóvel)	50	54.3
Tráfico de Drogas	40	43.5
Assalto a residência	26	28.3
Crimes rodoviários	26	28.3
Assalto a estabelecimento comercial	25	27.2
Violência doméstica: contra/entre idosos	24	26.1
Violência doméstica: contra/entre menores	17	18.5
Danos a espaço/equipamentos públicos	16	17.4
Roubo (ex: esticção)	15	16.3
Ofensa sexual	6	6.5
Tráfico de armas	4	4.3
Desconhece/nenhum	1	1.1
Outros:		
O1 - Fogo posto	2	2.2

Tabela 10. **Perceção dos crimes identificados como mais praticados.**

De facto, entre os vários crimes identificados como os mais frequentes, destacam-se a violência doméstica, apontada por mais de 81% dos sujeitos, logo seguida da agressão física. Note-se que, observando a Tabela 10. nos é possível encontrar a referência a crimes graves e que são nomeados por bastantes militares, como burla, furto, tráfico de drogas, entre outros.

Em relação às características identificadas como mais favorecedoras da ocorrência criminal, e que podem bem ser reconhecidas como fatores potenciadores do crime (cf. Tabela

11), destacaram-se o “consumo de drogas/álcool” (76.1%), logo seguido da “pobreza/desemprego” (66.3%) e dos “problemas familiares” (58.7%).

É de clarificar que esta tabela, à semelhança da anterior, registou respostas a uma questão que abria a possibilidade de seleção de mais do que uma alternativa de resposta, daí resultando mais respostas do que participantes, razão pela qual não faria sentido ter o total de respostas. Aliás, o mesmo se verifica para a tabela 12.

Condições apontadas como favorecedoras do crime		
Respostas	n	%
Consumo de drogas/álcool	70	76.1
Pobreza/Desemprego	61	66.3
Problemas familiares	54	58.7
Conflitos e delinquência juvenil	31	33.7
Pouca severidade para com os ofensores	30	32.6
Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade	16	17.4
Policimento deficitário	14	15.2
Reduzido movimento durante a noite	13	14.1
Presença de pessoas estranhas	9	9.8
Má iluminação pública	8	8.7
Maus acessos/arruamentos	6	6.5
Outros:		
O1- Aumento da imigração	1	1.1
O2 – Subsidiodependência	1	1.1
O3 – Problemas psíquicos	1	1.1
O4 – Bairros sociais	1	1.1
O5 – Impunidade	1	1.1
Desconhece/nenhum	1	1.1

Tabela 11. **Condições percebidas como favorecedoras do crime.**

De acordo com a Tabela 12, é possível verificar que um número considerável de participantes no estudo expôs incivildades frequentes específicas, tais como “violiar regras de trânsito” (62%), “produzir ruído na via pública” (56.5%), “estacionar de forma caótica” (54.3%) e “deixar as fezes de animais de companhia na via pública” (31.5%). Destaque-se que, entre os indivíduos que identificaram “outros” (2.2%), indicam-se “ruído dentro da própria habitação” e “desentendimento conjugal”.

Incidências observadas		
Respostas	n	%
Violar regras de trânsito	57	62
Produzir ruído na via pública	52	56.5
Estacionar de forma caótica	50	54.3
Deixar as fezes de animais de companhia na via pública	29	31.5
Deixar lixo disperso na rua	21	22.8
Urinar na via pública	12	13
Peditórios ilegais	9	9.8
Desconhece/nenhum	5	5.4
Outros:		
O1- Ruído dentro da própria habitação	1	1.1
O2 – Ruído por desentendimento conjugal	1	1.1

Tabela 12. **Incidências identificadas.**

As incidências revelam-se muito importantes no âmbito da manutenção da ordem pública e, de facto, todas as mencionadas foram identificadas por todos os militares.

Passa-se agora à apresentação dos resultados referentes à vitimação sofrida, de acordo com o relato dos militares.

VITIMAÇÃO

Passa-se agora à apresentação dos resultados referentes à vitimação sofrida pelos militares, mediante participação por autorrelato. Procurou-se, neste ponto, identificar a percentagem de participantes que poderia ter sido vítima de crime, no exercício das suas funções, no período dos últimos 5 anos, bem como as circunstâncias e consequências dessa experiência, quando confirmada.

Na verdade, verificou-se que, do total da amostra, uma parte significativa dos participantes (38%) retorquiu ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos, opostamente aos restantes (62%), que revelaram não ter sofrido qualquer vitimação (cf. Tabela 13).

Foi vítima de violência ou crime		
Respostas	<i>n</i>	%
Não	57	62
Sim	35	38
Total/n	92	100

Tabela 13. **Vítima/Não vítima de violência / crime nos últimos 5 anos.**

Das tipologias de crime referidas pelos participantes que responderam afirmativamente à questão anterior, foi possível verificar que a “Ofensa à integridade física” foi a categoria mais mencionada (62.9%), seguindo-se a de “Resistência e coação” com 31.4%, as “Injúrias” com 20% e a “Ameaça” com 14.3% (cf. Tabela 14). De salientar que estas frequências relativas foram calculadas relativamente ao total de sujeitos que afirmaram ter sido vítimas, portanto, em relação às 35 respostas positivas quanto à vitimação, conforme tabela 13.

Crime de que foi vítima		
Respostas	<i>n</i>	%
Ofensa à integridade física	22	62.9
Resistência e coação	11	31.4
Injúrias	7	20
Ameaça	5	14.3

Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação

Tabela 14. **Tipologia de crime sofrido.**

Quanto aos danos sofridos como consequências da vivência da situação de vitimação, foi possível verificar que uma grande parte dos indivíduos que respondeu afirmativamente (ver Tabela 13.), referiu ter sofrido danos “Físicos” (60%), seguindo-se os danos “Psicológicos” com uma frequência relativa de 54% (cf. Tabela 15). Ainda na mesma tabela, destaquem-se 3 respostas de participantes que acabaram por não clarificar o tipo de danos decorrentes da situação, tendo apenas clarificado que não houve danos físicos, num registo de resposta descontextualizada, que não respondeu ao questionado.

Danos decorrentes da vitimação		
Respostas	n	%
Físicos	21	60
Psicológicos	20	54.1
Materiais	5	14.3
Resposta descontextualizada	3	8.6
Irrelevantes	1	2.9
Não sabe/Não responde	1	2.9

Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação

Tabela 15. **Danos sofridos em consequência da vitimação.**

Em termos de enquadramento temporal, a parte da amostra que foi vítima de crime referiu que o período diurno (68.6%) foi aquele em que mais ocorreram as situações de vitimação, opostamente ao período noturno mencionado por 31.4% dos participantes (cf. Tabela 16).

Altura em que ocorreu		
Respostas	n	%
De dia	24	68.6
De noite	11	31.4

Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação

Tabela 16. **Período do dia em que ocorreu a situação.**

Segundo os participantes, a “rua” (85.7%) foi o local onde se deu grande parte das ocorrências de crime, comparativamente às ocorrências em “casa” ou domicílio, (8.6%), com destaque para os indivíduos que indicaram “outros” (5.7%) e que especificaram ter sido no “Estádio de futebol” (cf. Tabela 17).

Local em que ocorreu		
Respostas	n	%
Na rua	30	85.7
Em casa	3	8.6
Outro:		
O1-Estádio de futebol	2	5.7
Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação		

Tabela 17. **Local onde ocorreu a situação.**

Pela altura da ocorrência do crime, praticamente todos os participantes se encontravam “acompanhados” (94.7%) (cf. Tabela 18).

Situação quando ocorreu a vitimação		
Respostas	n	%
Acompanhado	33	94.7
Sozinho	2	5.7
Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação		

Tabela 18. **Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada.**

Em termos de proximidade relacional ofensor-vítima, apurou-se que o autor do crime era nomeadamente “estranho” (88.6%), sendo que, para 11.4% dos indivíduos, o autor do crime que os vitimara era “conhecido” (cf. Tabela 19).

O ofensor era		
Respostas	n	%
Estranho	31	88.6
Conhecido	4	11.4
Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação		

Tabela 19. **Relação vítima-ofensor.**

Assim, foi possível caracterizar o enquadramento circunstancial das situações de vitimação vividas pelos 35 militares que responderam afirmativamente à questão referente a terem sido ou não vítimas no decorrer do seu trabalho.

Participação Comunitária

Esta última parte dos resultados apresenta a participação e o envolvimento comunitário, por parte dos militares da GNR, procurando averiguar há quanto tempo os indivíduos exercem funções na comunidade para, seguidamente, serem exploradas questões associadas à robustez da sua ligação à sua área de serviço e à correspondente comunidade.

Através dos dados recolhidos, verificou-se que a maior parte dos participantes trabalhava há 10 ou mais anos (58.7%) na área onde exercia as suas funções, seguindo-se aqueles que trabalhavam há 3 ou menos anos (18.5%) e, com uma percentagem relativamente próxima, encontravam-se os que ali trabalhavam de entre 4 a 6 anos (14.1%) (cf. Tabela 20).

O ofensor era		
Respostas	<i>n</i>	%
3 ou menos anos	17	18.5
4 a 6 anos	13	14.1
7 a 9 anos	8	8.7
10 ou mais anos	54	58.7
Total	92	100

Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação

Tabela 20. Anos de serviço no local de exercício de funções.

Relativamente às sugestões para uma melhoria da qualidade de vida na área em que exerciam funções, os militares inquiridos salientaram as seguintes: “Mais condições/meios de trabalho” (63%), “reabilitação urbana” (36.9%), “melhoria/aumento de serviços” (17.4%), “Empowerment/formação/educação” (17.4%), “Mais severidade do sistema de justiça” (13%), “Mais apoio/acompanhamento” (12%) e “M policiamento de proximidade” (8.7%) (cf. Tabela 21). Destaque-se que 10 dos sujeitos apresentaram “Resposta descontextualizada” respondendo tendencialmente em favor do que aumentaria a sua qualidade de vida pessoal, não apontando o que poderia melhorar a vida da comunidade onde exerciam funções.

Sugestões para gerar condições de melhoria de vida na área.			
Respostas	n	%	Verbalizações exemplificativas
Mais condições/meios de trabalho	58	63	“Mais e melhores condições de trabalho”
Reabilitação urbana	34	36.9	“Melhorar ... estradas”; “Melhoras as infraestruturas”
Melhoria/Aumento de serviços	16	17.4	“Melhoria dos transportes públicos”
<i>Empowerment</i> / Formação/Educação	16	17.4	“... mais formação ...”; “Melhor formação cívica”
Mais severidade do sistema de Justiça	12	13	“... aumento das penas ...”; “... leis que protejam os polícias ...”
Mais apoio/acompanhamento	11	12	“Melhor acompanhamento da delinquência juvenil”
Resposta descontextualizada	10	10.9	“... remuneração justa”; trabalhar menos horas” (para Militares)
Não sabe/Não responde	9	9.8	“Sugestões para quê?”
Mais policiamento de proximidade	8	8.7	“Mais policiamento de proximidade”

Tabela 21. Sugestões percebidas para melhoria da qualidade de vida na área que exerce funções.

Saliente-se que esta é mais uma das tabelas em que, registando as respostas a questões em que era possível assinalar mais do que uma alternativa, não fazia sentido registar os totais já que o número de respostas assinaladas excedia o número de participantes.

Vejam-se agora as sugestões dos militares para se procurar aumentar a segurança. As respostas referiam as seguintes: “Mais condições/meios de trabalho” (83.7%), “Policiamento de proximidade” (17.4%), “Mais celeridade/severidade do sistema de justiça” (15.2%), “Reabilitação urbana” (9.8%), “*Empowerment*/formação/educação” (9.8%) e “Dispositivos de vigilância” (6.5%) (cf. Tabela 22).

Sugestões para gerar condições de aumento da segurança na área.			
Respostas	n	%	Verbalizações exemplificativas
Mais condições/meios de trabalho	77	83.7	“Melhoramento do material policial individual ...”
Policciamento de proximidade	16	17.4	“Mais proximidade entre as Forças de Segurança e o cidadão”
Mais celeridade/severidade do sistema de Justiça	14	15.2	“Molduras penais mais pesadas”
<i>Empowerment/</i> Formação/Educação	9	9.8	“Maior investimento na área da educação e informação ...”
Reabilitação urbana	9	9.8	“Melhoramento na iluminação ...”
Não sabe/Não responde	8	8.7	---
Dispositivos de vigilância	6	6.5	“Existência de ... videovigilância”
Resposta descontextualizada	3	3.3	“Sugestões para quê?”

Tabela 22. Sugestões percebidas para aumento da segurança na área que exerce funções.

Em relação à disposição para uma colaboração cidadão-militar na área onde exerciam funções, verifica-se que 35.9% dos participantes estão “quase sempre” dispostos a tal e, com uma percentagem bastante próxima, de 34.8%, os participantes que estavam “sempre” dispostos a essa colaboração (cf. Tabela 23).

Disposição para acolhimento da cooperação do cidadão		
Respostas	n	%
Quase sempre	33	35.9
Sempre	32	34.8
Não sabe	15	16.3
Quase nunca	7	7.6
Nunca	5	5.4
Total	92	100

Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação

Tabela 23. Disposição para acolher a cooperação por parte do cidadão, na área de exercício de funções.

Relativamente aos fundamentos para a maior ou menor disposição para acolher e beneficiar da cooperação do cidadão, 23.9% dos participantes que respondeu “Sempre” ou “Quase sempre” na questão anterior, referiu acolher e beneficiar dessa colaboração “Como fonte de informação” para a polícia, sendo que 21.8% referiu a adoção do “Policciamento de proximidade”. Em relação aos indivíduos que anteriormente responderam “Nunca” ou “Quase nunca”, 6.4% preferiu não acolher e nem beneficiar dessa colaboração devido à “Necessidade de *empowerment/* formação/preparação” das populações locais (cf. Tabela 24).

SEMPRE / QUASE SEMPRE –disposto a acolher colaboração da seguinte forma:			
Respostas	n	%	Verbalizações exemplificativas
Como fonte de informação	22	23.9	“Denunciar o crime”
Proximidade	20	21.8	“Policimento de proximidade”
Resposta descontextualizada	11	12	“...cidadão mais civilizado, educado e cooperante perante a autoridade policial”
Por via da proatividade	10	10.8	“Colaboração visando a proatividade”
Resposta contraditória	1	1.1	“Deixei de o fazer ...”
Não sabe/Não responde	1	1.1	---
Total Parcial	65	70.7	
NUNCA / QUASE NUNCA- Não disponível a acolher colaboração da seguinte forma:			
Respostas	n	%	Verbalizações exemplificativas
Necessidade de <i>empowerment/</i> formação/preparação	6	6.4	“A população não tem preparação para lidar com as ocorrências policiais”
Não sabe/Não responde	2	2.2	---
Desrespeito pela autoridade	1	1.1	“As pessoas não respeitam a autoridade”
Desconhecimento das intenções do cidadão	1	1.1	“Não sabemos as intenções do cidadão”
Indisponibilidade do cidadão	1	1.1	“As pessoas ... não estão predispostas a ajudar ...”
Resposta descontextualizada	1	1.1	“Explicações para quê?”
Total Parcial	12	13	
(12) Não sabe/Não responde	15	16.3	---
Total	92	100	

Tabela 24. **Fundamentos para a disposição para acolher (ou não) colaborações por parte do cidadão.**

A observação dos valores apresentados na Tabela 25 possibilita verificar que mais de metade da amostra (60.9%) referiu ter uma ligação “forte” com o local/comunidade onde exercia funções, contrariamente aos 21.7% de participantes que afirmaram ter uma ligação “pouco forte” com aquele local /aquela comunidade. Vejam-se os registos na tabela 25.

Força de ligação com o local onde exerce as suas funções		
Respostas	n	%
Forte	56	60.9
Pouco forte	20	21.7
Muito forte	13	14.1
Nada forte	3	3.3
Total	92	100

Não se aplica a 62% do total da amostra, por não reportarem qualquer experiência de vitimação

Tabela 25. **Presença/Ausência de ligação do militar ao local em que exerce funções.**

A fundamentação de cada um em relação às respostas que se encontram na tabela 25, revelou que 26.1% dos participantes que responderam ter uma ligação “muito forte” ou “forte” na questão anterior, mencionaram que tal se devia a uma “Autoperceção da importância do seu papel”, sugerindo uma consciência de que os militares têm realmente um papel muito relevante na segurança das populações, pelo que entendiam a sua ligação à comunidade como sendo importante. Já 16.3% dos inquiridos referiu que a sua ligação estaria muito associada ao facto de, havendo “Coincidência com área de residência”, se estabelecer um maior sentimento de pertença/ligação. No que se refere aos indivíduos que responderam “pouco forte” ou “nada forte” anteriormente, 9.7% ressaltaram não terem pontes de ligação com a área que exercem as suas funções e é de salientar que 4.3% dos indivíduos fundamentaram a sua resposta devido a exercerem funções interiores de posto (cf. Tabela 26).

MUITO FORTE ou FORTE – ligação ao local onde trabalha:			
Respostas	N	%	Verbalizações exemplificativas
Autopercepção da importância do seu papel	24	26.1	“A responsabilidade e profissionalismo implica que assim seja”
Coincidência com área de residência	15	16.3	“Zona de residência”; “Nasci, cresci e resido nesta localidade”
Boas relações/condições na área de trabalho	13	14.1	“Boa relação com a comunidade”
Não sabe/Não responde	7	6.5	---
Tempo de serviço no local	7	7.6	“Muitos anos de serviço nesta zona”
Resposta descontextualizada	2	3.3	“Forte”
Total Parcial	69	75	
POUCO FORTE ou NADA FORTE – ligação ao local onde trabalha:			
Respostas	N	%	Verbalizações exemplificativas
Sem pontes de ligação	9	9.7	“Não tenho raízes no meu local de trabalho”
Funções de trabalho	4	4.3	“Apenas faço serviço interno”
Indisponibilidade do cidadão	3	3.3	“As pessoas ... não estão predispostas a ajudar ...”
Resposta descontextualizada	3	3.3	“Pouco forte”
Área vasta	2	2.2	“A área é muito vasta”
Aguarda mudança de posto	1	1.1	“... altura de mudar de posto”
Total Parcial	23	25	
Total	92	100	

Tabela 26. Fundamentos para presença/ausência de ligação ao local de exercício das suas funções.

Apresentados que foram os resultados obtidos, foi chegado o momento de os olhar sob uma perspetiva reflexiva que conduza a algumas conclusões e levante algumas implicações práticas.

Análise Reflexiva/Conclusiva

Os participantes neste estudo foram, num total de 92, militares da GNR do Porto, maioritariamente com idades compreendidas entre os 35 e os 40 anos, do sexo masculino, casados ou em regime de união de facto, apresentando predominantemente uma escolaridade entre o 10º e o 12º anos, sendo que a categoria profissional mais presente foi a de Guarda.

Definido este perfil prevalecente como ponto de partida, o mesmo pode ir sendo complementado com os resultados que, efetivamente, irão tornando tal perfil mais completo e fornecedor de informações. Na verdade, no que respeita à perceção dos inquiridos quanto à in/segurança na sua área de trabalho, deve salientar-se que, diferentes perceções remetem para a subjetividade das mesmas mas, também, para o facto termos recolhido dados de militares a operar em díspares zonas do Porto.

Assim, e relativamente à perceção de in/segurança e da criminalidade na área de exercício de funções por parte dos militares da GNR do Porto então inquiridos, mais de 66% considerou a sua área de trabalho como sendo segura, justificando essa afirmação com a sua perceção dessa zona como sendo calma e com baixa criminalidade (44.6%). Sendo esse o predomínio de respostas, a verdade é que um número ainda preocupante de militares (33%) manifestou uma perceção de insegurança. Ora, muito embora não seja essa perceção de insegurança o resultado predominante, interessa não o desconsiderarmos, devendo estar no foco de atenção para que tal perceção venha a ser menos frequente.

Refira-se, agora, a criminalidade e respetiva evolução, percebida como tendo aumentado por mais de metade dos militares (58.7%), alguns dos quais referiram mesmo ter sentido um crescente número de casos reportados. Esse aumento de criminalidade, aliás, tem sido constatado em alguns outros estudos (e.g., Silva & Bueno, 2017) e, saliente-se, tem conduzido a que as instituições das forças de segurança tenham vindo a manifestar com veemência, e até com apreensão, a necessidade de mais recursos humanos, bem como de materiais e equipamentos, para que se desenvolva um trabalho com mais segurança e mais adequado a esta realidade. Efetivamente, estudos há que apresentam resultados e conclusões no mesmo sentido (e.g., Oliveira et al., 2014). Ora, daqui facilmente se depreende que nem sempre os meios disponíveis facultam a estes profissionais condições de segurança, de molde a que sejam eficazes e eficientes, na distribuição de tarefas e nos seus planos de ação.

Ainda relativamente à percepção de in/segurança e da criminalidade quanto à tipologia dos crimes identificados como os mais frequentes, houve um destaque para o crime de violência doméstica (81.5%). Em relação à percepção das incivildades mais frequentes, os militares destacaram a violação das regras de trânsito (62%). Já no respeitante às condições percebidas como favorecedoras do crime nas áreas de trabalho dos militares inquiridos, foram identificadas com maior prevalência o consumo de drogas/álcool, a pobreza/desemprego e os problemas familiares, com 76.1, 66.3 e 58.7% respetivamente. Sendo as incivildades mais identificadas pelos inquiridos, a violação de regras de trânsito, a produção de ruído na via pública e o estacionamento caótico.

Vejamos o que podemos extrair da parte da vitimação sofrida por 38% dos militares auscultados, o que remete para uma percentagem correspondente a bem mais de 1/3 da amostra sendo, portanto, de considerar. Na verdade, foi perceptível que o número de vítimas poderia até ter sido superior se não se tivesse verificado que alguns dos militares que responderam ao questionário exerciam funções administrativas, no interior de posto, estando, por isso, menos expostos a certos riscos. Estes resultados demonstram uma concordância com os obtidos por Dursun e Aytac (2021), que apontam para a existência de uma prevalência de vitimação policial durante o cumprimento das suas funções, estando sujeitos a confrontos violentos, e acabando expostos a grandes riscos e perigo.

De facto, entre os que afirmaram ter sofrido algum tipo de vitimação nos últimos 5 anos, destaca-se que 30.4% eram do sexo masculino, sendo o crime com maior prevalência a ofensa à integridade física (62.9%), em situações causadoras de danos maioritariamente físicos (60%). Mais uma vez, estes resultados remetem para outros estudos internacionalmente realizados, com os quais é encontrada convergência (e.g., Dursun & Aytac, 2021), nomeadamente quanto a verificar-se maior prevalência de vitimação no sexo masculino, divergindo apenas no tipo de crime mais comumente apresentado.

Ainda a caracterizar o padrão mais frequentemente encontrado na amostra em estudo, a grande parte dessas experiências de vitimação ocorreu durante o dia (68.6%), na rua (85.7%), estando o militar acompanhado (94.7%) e sendo o ofensor um estranho (88.6%).

Ao nível da participação comunitária, foi possível constatar que a maior parte dos militares exercia funções na sua área de trabalho há 10 ou mais anos (58.7%), havendo, portanto, mais de metade dos participantes com bastante tempo de serviço na comunidade, e indo ao encontro dos resultados também obtidos por Dursun e Aytac (2021). Em relação às sugestões dadas para melhorar a qualidade de vida na área onde exerciam as suas funções, o

aspecto mencionado com maior frequência foi a necessidade de mais/melhores condições/meios de trabalho. Quanto às alterações sugeridas para aumentar a segurança na área onde executavam as suas funções, foi também destacada a necessidade de mais/melhores condições/meios de trabalho. Estes resultados permitem-nos perceber que as condições de trabalho destes profissionais assumem um papel importante e, certamente, carecem de ser alvo de avaliação por parte de quem possa eventualmente melhorá-las.

No que concerne à disposição para acolher e beneficiar da cooperação do cidadão, a maioria dos militares afirmou estar quase sempre (35.9%) disposta a tal, desde que essa cooperação seja remetida/limitada a um papel de fonte de informação. Na verdade, os inquiridos referiram que, mediante um policiamento de proximidade, teriam mais fácil acesso a essa informação proveniente dos cidadãos. Desta forma, uma maior presença das forças de segurança junto da comunidade através do policiamento de proximidade, poderá proporcionar uma familiarização entre os militares e a população da área, extraindo-se daí maiores oportunidades de cooperação por parte da comunidade.

Assim, e atendendo ao objetivo geral desta análise, o qual remete para a busca de uma eventual prevalência de vitimação através da experiência e percepção vividas por militares da GNR, pode considerar-se que o objetivo foi conseguido, na medida em que os resultados cobriram os fatores que permitem perceber que quase 40% dos inquiridos passou por situações de vitimação. Quanto aos objetivos específicos, foram igualmente alcançados, mediante os resultados obtidos, através dos quais foi possível identificar a existência de um padrão de vitimação, em que as situações de vitimação vividas apresentaram características predominantes, tendo sido também possível captar a percepção dos inquiridos relativamente à in/segurança e criminalidade presente nas respetivas áreas de trabalho dos inquiridos.

Relativamente às questões centrais de investigação, particularmente no que diz respeito à primeira, que indagava se haveria uma caracterização das situações de vitimação que permitisse traçar um possível padrão, podemos responder que foi detetada essa caracterização, com similaridades que permitiram traçar um padrão. No que se refere à segunda questão, em que se questionava se existiria uma convergência na percepção dos militares em relação à insegurança e à criminalidade na área onde exerciam as suas funções, podemos responder que não foi apurada essa convergência, no entanto, os resultados obtidos podem apresentar uma ligação à ocorrência de vitimação. A maioria dos militares mencionou a sua área de trabalho como sendo segura, demonstrando uma divergência no que se refere à criminalidade, apontada como tendo aumentado, pelo que se identifica aqui uma certa contradição. Desta

forma, devido ao aumento da criminalidade, pode existir uma ligação, ainda que não direta nem causal, à ocorrência de vitimação policial especificamente nessas áreas. Atendendo-se agora à terceira questão, em que se inquiria se era possível traçar um conjunto de condições que se pudessem associar à ocorrência de vitimação, podemos responder que foi detetado, entre os resultados apurados, que a exposição diária ao risco, o desrespeito generalizado pela autoridade, o sentimento de impunidade do cidadão e a carência a nível das condições de trabalho, possam estar associadas à ocorrência de vitimação policial. Já no respeitante à quarta e última questão, em que se indagava se haveria alguma ligação entre a vivência de situações de vitimação e as características sociodemográficas de cada militar, podemos responder que, efetivamente, algumas dessas características não parecem dar resposta ao questionado. Veja-se o caso do sexo das vítimas de violência e/ou crime. Embora predominantemente do sexo masculino, nada podemos inferir porque a amostra também se constituía predominantemente de elementos masculinos, em mais de $\frac{3}{4}$. Outras características proporcionaram uma resposta àquela questão. Nomeadamente, na idade foi notada uma maior prevalência de vitimação entre os 35 e os 44 anos. Em relação à escolaridade e à categoria profissional constatou-se que militares com o ensino secundário e a exercer as funções correspondentes à categoria de Guarda declararam mais frequentemente ter sido vítimas, talvez pelo tipo de atividade/tarefa desempenhada por esses militares.

O estudo, longe de esgotar o tema, até por se ter tratado de uma análise exploratória de um tópico que carece de estudos, apresentando uma amostra não representativa e constituída por militares a operar apenas na região do Porto, precisa de mais investimento através de novas investigações. Ainda assim, esta análise permite-nos extrair algumas conclusões inspiradoras de sugestões. Investigações futuras devem procurar maior abrangência em termos de cobertura territorial. Pode ainda afirmar-se que é necessária e urgente a criação de medidas que possam prevenir e acompanhar casos de vitimação policial. Deste modo, o que se deseja daqui para a frente é de uma cuidada e profunda análise de cada fator que possa favorecer a ocorrência de vitimação policial, analisando-se também os seus impactos na saúde física e mental destes profissionais. Por outro lado, seria importante que as diferentes forças de controle social formal estivessem atentas aos registos de vitimação dos seus efetivos, procurando elementos que lhes permitam rever e implementar estratégias preventivas a adotar pelos agentes e/ou militares. Acrescente-se que, após essas avaliações, importaria também passar a uma etapa de *empowerment* daqueles que diariamente procuram manter a ordem nas ruas, especificamente focado na prevenção da vitimação.

Referências

- Bardin, L. (2004). Análise de conteúdo. Edições 70.
- Bernardino, R. C., & Bernardino, A. V. S. (2018). Fatores estressores que influenciam na qualidade de vida, gerando danos à saúde do policial militar. *Revista Mosaico*, 09(2), 02-09. <https://doi.org/10.21727/rm.v9i2.1304>
- Decreto Lei 53/2023 de 31 de agosto. Lei orgânica da GNR – versão atualizada. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/53-2023-221100276>
- Dursun, K., & Aytaç, S. (2021). Workplace violence against police officers and the effects of workplace violence on mental health. *Pakistan Journal of Medical & Health Sciences*, 15(12), 3491-3493. <http://dx.doi.org/10.53350/pjmhs2115123491>
- Ellrich, K., & Baier, D. (2016). Police officers as victims of violence: Findings of a Germany-wide survey. In Baier, D., & Pfeiffer, C. (Eds.), *Representative Studies on Victimization: Research Findings from Germany (1st ed.)*. Nomos Verlagsgesellschaft mbH. (pp. 139-162). <https://www.jstor.org/stable/j.ctv941sz3.8>
- Marty, O. L. (2022). Os fatores de influência no risco do policial militar ser vítima de crimes em decorrência da sua função. *Brazilian Applied Science Review*, 6(2), 1148-1170. <https://doi.org/10.34115/basrv6n3-026>
- Minayo, M. C. S., & Adorno, S. (2013). Risco e (in) segurança na missão policial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(13), 585-593. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002>
- Minayo, M. C. S., Souza, E. R., & Constantino, P. (2007). Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública [Perceived risks and victimization of military and civil police in the public (in)security domain]. *Cad. Saúde Pública*, 23(11), 2767-2779. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100024>
- Monteiro, V. F., Silva, S. S. C., Ramos, E. M. L. S., & Nascimento, R. G. (2020). Caracterização dos policiais feridos por arma de fogo. *Research, Society and Development*, 9(9), e248997218, 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7218>
- Oliveira, G. M., Araújo, T. M., & Carvalho, F. M. (2014). Insegurança e violência no trabalho

- dos delegados de polícia civil de Salvador, Brasil. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 2(1), 14-23. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v3i1.372>
- Reidy, M., & Mercier, L. (2003). A triangulação. In M. F. Fortin (Ed.). *O processo de investigação da concepção à realização* (321-328). Lisboa: Lusodidacta.
- Sani, A., & Nunes, L. M. (2013). *Crime e vitimação: polícia e análise de comunidades urbanas*. Edições Universidade Fernando Pessoa. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.609>
- Saraiva, M., Neves, A. V., Diniz, M., Jota, L., & Ribeiro, P. (2018). A prevenção criminal através do espaço construído (CPTED) em Portugal: Revisão da literatura e redes de conhecimento. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 52, 72-93. <https://doi.org/10.59072/rper.vi52.465>
- Silva, M. A., & Bueno, H. P. V. (2017). O suicídio entre policiais militares na polícia militar do Paraná: Esforços para prevenção. *Revista de Ciências Policiais APMG*, 1(1), 5-23. https://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/01_o_suicidio_entre_policiais_militares_na_policia_militar_do_parana.pdf
- Simmler, M., Stempkowski, M., & Markwakder, N. (2021). Punitive attitudes and victimization among police officers in Switzerland: an empirical exploration. *Police Practice and Research*, 22(2), 1191-1208. <https://doi.org/10.1080/15614263.2019.1697264>
- Soares, A. M. C. (2014). Dialética da violência: Civilidade e incivilidade. *Prelúdios*, 3(3), 11-35. <https://doi.org/10.9771/revpre.v3i3.14209>
- Souza, K. L. N. (2017). Os riscos da atividade policial. *Revista CEJ. Brasília*, (73), 63-66. https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-CEJ_n.73.06.pdf
- Wickramasinghe, N. D., Wijesinghe, P. R., Dharmaratne, S. D., & Agampodi, S. B. (2016). The prevalence and associated factors of depression in policing: A cross sectional study in Sri Lanka. *SpringerPlus*, 5(1776). <https://doi.org/10.1186/s40064-016-3474-9>
- Zavala, E. (2020). When the cop is the victim: A test of target congruence theory on intimate partner violence victimization experienced by police officers. *Journal of Interpersonal*

Violence, 35(17-18), 3622–3642. <https://doi.org/10.1177/0886260517709801>

Zouain, D. M., Neto, V. R., & Zamith, J. L. C. (2006). Policiamento comunitário: Fator estratégico para implantação de política pública de segurança. *Alcance – Univali*, 13(3), 373-388. <https://www.redalyc.org/pdf/4777/477748623005.pdf>